

6 Conclusão

Em 1996, foi apresentado ao público brasileiro um documentário intitulado “Caminhos da diplomacia brasileira”, projeto conjunto entre ex-chanceleres e oficiais do alto escalão do Ministério das Relações Exteriores e Jom Tob Azulay, cineasta e ex-diplomata, cujo objetivo era discorrer

[...] sobre a política externa brasileira, descrita através de filmes e fotos de época, documentos oficiais, material jornalístico e de propaganda, noticiário da tv, documentação dos locais e ambientes em que os principais fatos se passaram, além de entrevistas e testemunhos dos fatos históricos abordados.⁴⁸¹

O projeto, uma iniciativa de Azulay através de sua produtora, foi prontamente adotado pelo então secretário-geral do Itamaraty, Luiz Felipe Lampreia, que o caracteriza como um projeto que “apresenta uma visão orgânica e objetiva da História diplomática do Brasil neste século” fornecendo elementos essenciais para que o grande público (no documento inicial constituído por universidades, escolas, sindicatos e demais entidades públicas e privadas) tenha “uma boa introdução à diplomacia brasileira, seus temas e instrumentos de trabalho”⁴⁸². Em carta-resposta à apresentação do documento que descreve o projeto do documentário (inicialmente intitulado como “A Diplomacia brasileira”), o então secretário-geral do ministério não esconde a aprovação do mesmo, afirmando que vários seriam os benefícios de um vídeo como este – que poderia mesmo ser utilizado, segundo ele, no Instituto Rio Branco (IRBr) “para ilustrar os cursos de História Diplomática”⁴⁸³ -, uma vez que este

além de contribuir para a divulgação e análise visuais da História do Brasil, teria ainda a virtude de chamar a atenção tanto para a importância da inserção internacional do Brasil, quanto para o trabalho da Chancelaria e do serviço diplomático do Brasil.⁴⁸⁴

Lampreia não deixa de apontar aspectos históricos relevantes que precisam constar do documentário como: “uma referência mais explícita à carreira

⁴⁸¹ Documento textual “A Diplomacia Brasileira: apresentação e sinopse”, 2f., CPDOC/FGV-Rio.

⁴⁸² Carta de Luiz Felipe Lampreia endereçada a Carlos Saboia Monte, 28/01/1993, 2f. CPDOC/FGV-Rio.

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Idem.

diplomática e ao Instituto Rio Branco como patrimônios da nossa diplomacia e garantia de profissionalismo”⁴⁸⁵; outra ao trabalho cotidiano dos diplomatas; uma menção direta à Conferência do Rio, isto é, a III Conferência Pan-Americana de 1906, como um marco nas relações internacionais do Brasil; a referência ao Barão do Rio Branco e à Alexandre de Gusmão remetendo-os às questões de fronteiras, de forma a vinculá-la “às questões de hoje, [para] aludir ao fantasma da internacionalização”⁴⁸⁶, e à busca de desenvolvimento como um parâmetro que passou a orientar as ações da diplomacia brasileira no século XX⁴⁸⁷.

No âmbito da corporação diplomática, o projeto envolveu a colaboração de Gelson Fonseca Jr., Edgar Telles Ribeiro, Celso Lafer e Celso Amorim. A Fonseca Jr., Lampreia escreve que o documentário sobre “a diplomacia brasileira” deveria contar, entre os entrevistados que conduziriam o testemunho oral do vídeo, um representante de época, um diplomata na ativa, um “jornalista com experiência na área de relações internacionais” e Celso Lafer que, “além de ex-chanceler, [seria] um bom representante do enlace com a comunidade acadêmica”⁴⁸⁸. A este, relata (agora na posição de ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso) que o projeto seria um documentário “sobre o Itamaraty, a carreira diplomática e a história da política externa”⁴⁸⁹, cuja previsão de lançamento estaria datada para o Dia do Diplomata no ano seguinte, a 20 de abril de 1996. A Fonseca Jr. esclarece o objetivo do documentário para o público leigo: para que segmentos importantes da sociedade entendessem “melhor do que estamos falando – e saber o que cobrar ou criticar. O que esperar de nós, em suma”⁴⁹⁰.

O que esse projeto e a conseguinte troca de correspondências entre oficiais do alto-escalão do Itamaraty que se envolveram em sua execução revelam é a consciência que os operadores de política externa brasileira possuem de seu lugar na elaboração de uma versão específica da história da política externa brasileira,

⁴⁸⁵ Carta de Luiz Felipe Lampreia endereçada a Carlos Saboia Monte, 28/01/1993, 2f., CPDOC/FGV-Rio.

⁴⁸⁶ Carta de Luiz Felipe Lampreia endereçada a Gelson Fonseca Jr., 15/09/1993, 5f., CPDOC/FGV-Rio.

⁴⁸⁷ Documento textual “A Diplomacia Brasileira: apresentação e sinopse”, 2f., CPDOC/FGV-Rio.

⁴⁸⁸ Carta de Luiz Felipe Lampreia endereçada a Gelson Fonseca Jr., 15/09/1993, 5f., CPDOC/FGV-Rio.

⁴⁸⁹ Carta de Luiz Felipe Lampreia endereçada a Celso Lafer, 29/11/1995, 2f., CPDOC/FGV-Rio.

⁴⁹⁰ Carta de Luiz Felipe Lampreia endereçada a Gelson Fonseca Jr., 15/09/1993, 5f., CPDOC/FGV-Rio.

contada a partir do Itamaraty tanto enquanto ator quanto enquanto *locus* de produção e destinada ao público geral sem esquecer de contemplar o diálogo com a academia e com meios de comunicação. Ademais, tais documentos (e a própria iniciativa) denotam uma definição de “história diplomática” que seria essencialmente uma narrativa da história da instituição responsável pela representação brasileira no exterior. Nada equaciona ainda uma “história da política externa brasileira” com uma narrativa da memória da instituição diplomática, em que fatos são ressaltados à luz de sua importância para eventos contemporâneos à sua elaboração e à preservação da burocracia e dos mitos a ela relacionados – como o seu insulamento das disputas domésticas, sua apartidarização e o grau de continuidade e coerência conferido pelo profissionalismo advindo de uma formação específica, por exemplo.

A idéia de tradição, enquanto parte da dinâmica de produção e atualização da memória institucional, contribui para que a história produzida a partir do Itamaraty seja percebida como a principal vertente de uma história da política externa brasileira. Sua importância se estende dos mitos fundacionais remetidos à Primeira República, na figura dos personagens Barão, Joaquim Nabuco e Manuel de Oliveira Lima, até o debate político contemporâneo em que a idéia de tradição é manipulada. Vimos ainda que a (re)produção da idéia de tradição depende em larga medida da despolíticação dos debates dentro da corporação a favor da percepção de um projeto consensual de política externa brasileira. Por meio da análise dos sistemas conceituais elaborados na defesa de projetos políticos de inserção internacional, pudemos divisar como o significado do *pan-americanismo* foi disputado na Primeira República frente a diferentes perspectivas do que deveria ser a posição brasileira no cenário internacional e que o seu processo de formulação e implementação dentro do próprio Itamaraty era politizado e pouco consensual, mesmo durante a gestão consagrada do barão do Rio Branco.

Em seguida vimos como o próprio conteúdo da tradição é atualizado para compreender os interesses dos projetos políticos daqueles que a re-significam durante sua atuação na chancelaria brasileira. Nas gestões de Afonso Arinos de Melo Franco e Francisco Clementino de San Tiago Dantas, no início da década de 1960, esse movimento é perceptível. Enquanto Afonso Arinos atualiza o significado do *pan-americanismo* de forma que compreenda o conteúdo de desenvolvimento econômico para reposicionar as relações do Brasil com os

Estados Unidos e diminuir a oposição doméstica ao sinalizar continuidade e respeito à tradição, San Tiago Dantas divulga-se como servo da tradição e segue seu antecessor na re-significação de um pan-americanismo que já não possui elasticidade para ser atualizado frente à radicalização do debate doméstico e das proporções que a crise de Cuba alcançou na política continental. E, finalmente, vimos que este período, conhecido como “Política Externa Independente”, é caracterizado conceitualmente de acordo com a posição que os agentes desejam imputar a ele dentro da história institucional – continuidade, ruptura e paternidade de uma nova postura assumida pela diplomacia na década de 1990.

Não é demais lembrar que, como disse o ex-chanceler Azeredo da Silveira, *A melhor tradição do Itamaraty é saber se renovar*. Provavelmente ele não estava se referindo ao mecanismo que observamos nesta dissertação. De certa forma, não importa. A força de sua declaração é o melhor indício de que esse movimento não é inconsciente e nem desprovido de significado político. Nesse sentido cabe, portanto, estar atento às implicações da idéia de tradição e da produção de uma determinada história que pode ser confundida com a elaboração da memória institucional da qual depende em parte a perpetuação da própria instituição.